

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 06/04/2015 - Edição 1248

Bloqueados R\$ 1,5 mi da ForteSul para pagar vigilantes de Rondônia



Durante manifestação em janeiro, vigilantes de Rondônia protestaram contra atraso de salários

Mais de 200 trabalhadores da empresa especializada em segurança não receberam salários de janeiro e têm outras verbas em atraso para receber

Porto Velho - O Ministério Público do Trabalho em Rondônia (MPT-RO) obteve na Justiça liminar que determina o bloqueio de R\$ 1,5 milhão da empresa ForteSul Serviços Especiais de Vigilância e Segurança. O objetivo é assegurar o pagamento dos salários de janeiro e outras verbas atrasadas a 220 vigilantes do estado. A decisão foi dada pelo juiz substituto Jobel Amorim das Virgens Filho, da 4ª Vara do Trabalho de Porto Velho

(RO), no dia 25 de março.

A quantia refere-se a contratos firmados entre a empresa e instituições como a Polícia Federal, Tribunal Regional do Trabalho do estado (TRT 14ª Região), Agência Brasileira de inteligência (Abin), Defensoria Pública da União (DPU/RO), Instituto Chico Mendes (CMBIO) e a Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (Fiero). “Essa liminar evita o risco de a empresa encerrar as atividades sem pagar os empregados ou dar preferência a quitar dívidas com outros credores”, explica o procurador do Trabalho Rafael Foresti Pego, autor da ação.

O MPT ingressou com o processo após denúncias de reiterados atrasos, encaminhadas pelo Sindicato dos Vigilantes do Estado de Rondônia (Sintesv-RO) e órgãos como a Defensoria Pública da União em Rondônia (DPU/RO), Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Rondônia (SRTE/RO) e do próprio TRT.

Fim de regalias - A liminar ainda proíbe a ForteSul de continuar a pagar honorários, gratificações e qualquer outro tipo de retribuições ou retiradas a seus diretores. Também terão que ser suspensas as distribuições de lucros, bonificações e dividendos a sócios, acionistas e dirigentes ou fiscais. “É uma medida pouco comum, mas que cumpre a lei ao dar preferência ao pagamento dos salários dos trabalhadores”, afirmou Pego.

Em caso de descumprimento, a Polícia Federal será oficiada para apuração de crime de desobediência e a empresa sofrerá multa equivalente ao dobro dos valores que transferir, reversíveis ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Fonte: Jus Brasil

Em crise financeira, UFMG dispensou 30% dos vigilantes

Corte no orçamento feito pelo governo federal levou a universidade a reduzir 84 vagas do pessoal de segurança, que deverá ser reforçada por causa do tráfico de drogas e da violência

A segurança no campus Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sofreu redução drástica depois dos cortes orçamentários da União, que refletiram na diminuição de 30% dos vigilantes que faziam rondas e controlavam o espaço. Dos 280 homens responsáveis pela função, entre vigias de portarias, rondas motorizadas e a pé, restaram 196. A informação é do Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais, que informa ter ocorrido corte também nas federais de Ouro Preto (Ufop), São João del-Rei (UFSJ) e Uberlândia (UFU). Oficialmente, a UFMG não se pronuncia sobre esse quantitativo, “por questão de segurança e para não expôr a Universidade”, segundo a assessoria de imprensa da instituição. Mas, após as denúncias do Estado de Minas de que traficantes aproveitaram a liberdade de acesso e se instalaram no câmpus e no Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich), a vigilância será reforçada.

A empresa TBI Segurança Eirele, que venceu a licitação, também não comenta o assunto, mas a reportagem apurou que ela e a UFMG negociam aumento no número de vigilantes para o câmpus. Com a redução da segurança, o trabalho dos profissionais da área se tornou mais perigoso e restrito, segundo o presidente do sindicato da categoria, Romualdo Alves Ribeiro. “Dependendo do tipo de crime, é preciso de mais vigilantes. Um homem sozinho, por exemplo, não pode abordar um grupo de traficantes vendendo drogas. Seria preciso três ou quatro. O lema do nosso segmento é ter segurança para dar segurança. Num caso desses, os profissionais deixam de agir para não se tornarem vítimas”, afirma.



Guarita vazia no câmpus: redução da segurança deixou o trabalho dos vigilantes mais perigoso. Atualmente, 196 estão atuando na área

O tipo de trabalho dentro de uma universidade, segundo Ribeiro, nunca foi fácil devido à necessidade de uma abordagem criteriosa quando se trata de alunos e, ao mesmo tempo delicada, por serem crimes graves. “Na UFMG, há casos de ações em estupro, sequestros, roubos e tráfico. Como não se estava dando conta do serviço com a redução de homens, o que se estava fazendo era priorizar algumas áreas e desguarnecer outras”, disse.

O sindicalista criticou, ainda, a decisão de reduzir segurança devido ao aperto orçamentário. “Entendemos que o governo federal precise fazer cortes, mas a segurança deve ser o último setor. Afinal, quanto vale a vida de um estudante ou de um cidadão? E é um corte burro, porque acaba tendo de gastar mais depois em saúde, indenizações por conta de crimes, reposição de equipamentos e reformas por causa de vandalismo. Essa economia não compensa”, avalia.

CURSO DE HISTÓRIA RETOMA AS AULAS

Depois de suspender as aulas do curso de história nos

períodos diurno e noturno (graduação e pós-graduação) devido à falta de segurança na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG na última sexta-feira, o Departamento de História revogou a decisão. Em comunicado enviado aos alunos, o retorno das atividades é atribuído à garantia, por parte das instâncias administrativas da UFMG, de que há condições de segurança para que as aulas sejam realizadas normalmente.

Policiamento reforçado no entorno do campus

Representantes da Polícia Militar se reuniram ontem à tarde com o reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Jaime Arturo Ramírez, para discutir a segurança no campus Pampulha. O coronel Cícero Leonardo da Cunha, chefe do Comando de Policiamento da Capital (CPC), informou que o policiamento será reforçado na área externa da universidade, como os principais corredores de acesso à instituição.

Com relação à parte interna do campus, Cunha afirmou que já existe um convênio entre a UFMG

e a corporação determinando que o policiamento é de responsabilidade dos militares do Regimento de Cavalaria. Mas disse que pode ser reforçado. “Se for solicitado apoio lá dentro, vamos apoiar”, afirmou.

O tenente-coronel Marcelo Martins de Resende, comandante do 34º BPM, responsável pelo policiamento na região, explicou que foi uma reunião de “aproximação” com o reitor, e não um encontro para estabelecer

um plano de ação: “A PM já está dentro do campus por meio da cavalaria”, mas onde ocorrer um crime, a PM vai agir”.

A presença ostensiva da polícia no campus não agrada aos alunos que se manifestaram, ontem, durante a reunião da Congregação da Fafich. Cartazes com frases de ordem deixavam claro que os estudantes não querem policiais no local.

Segundo o superintendente da Polícia Federal, Sérgio Barboza

Menezes, a corporação só atua em caso de roubo e dano ao patrimônio federal dentro do campus. “A questão de tráfico só compete à PF nos casos internacionais e interestaduais. Nos demais casos há convênios com o governo de Minas e a PM, que recebe verbas da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) para atuar (no policiamento ostensivo)”, disse.

Fonte: EM

7 de abril: Dia Nacional de Luta em Defesa dos Direitos da Classe Trabalhadora

CUT, CTB, MST e movimentos populares do campo e da cidade realizam nesta terça-feira (7) manifestações em todo o Brasil para impedir aprovação do 4330 e exigir mais direitos para classe trabalhadora



A CUT, a CTB, o MST, a UNE, o MAB, a CMP e dezenas de movimentos populares do campo e da cidade realizam nesta terça-feira (7) manifestações em todo o Brasil para impedir que o Congresso Nacional aprove o Projeto de Lei 4330/04, que libera a terceirização para todas as atividades das empresas. Esse projeto, na prática, legaliza o desmanche da CLT - Consolidação

das Leis Trabalhistas, tira dos/as trabalhadores/as direitos duramente conquistados e dá aos patrões segurança jurídica para contratar do jeito que quiser.

Os atos em todo o Brasil serão também em defesa da saúde pública, da democracia, dos direitos dos trabalhadores, da Petrobrás e das reforma política, agrária e da comunicação e combate à corrupção.

EM BRASÍLIA, sindicalistas de São Paulo, Distrito Federal e Goiás, vão ocupar o Congresso Nacional, a partir das 14h, para impedir a aprovação do PL 4330; e protestar contra outros projetos, como o de reforma política do PMDB que não acaba com o financiamento empresarial das campanhas eleitorais, uma porta aberta para a corrupção.

ATOS NOS ESTADOS

Nas capitais e nas grandes cidades do Brasil, as CUT's Estaduais em conjunto com a CTB e os movimentos populares do campo e da cidade, farão manifestações nas ruas, avenidas e estradas. Algumas categorias farão atividades nas portas das fábricas, bairros e escolas, reforçando a mobilização geral pela agenda de desenvolvimento econômico com justiça e inclusão social que ajudaram a construir.

EM SÃO PAULO, a CUT, a CTB e os movimentos populares do campo e da cidade, vão se unir ao pessoal do Sindsaúde, que realizam nesta terça (Dia Mundial da Saúde), uma passeata para reafirmar as bandeiras de luta em defesa do SUS (Sistema Único de Saúde). A concentração será a

partir das 9h, na Av. Dr Eneas de Carvalho Aguiar, 188. Deste local, os manifestantes caminharão até a Praça da República, onde farão um ato conjunto contra o 4330 e todas as outras bandeiras acima, as 13h.

TERCEIRIZAÇÃO

A luta contra o retrocesso, o golpe e a corrupção é de todos e todas

Para o presidente da CUT, Vagner Freitas, a prioridade de um Congresso conservador, como o que foi eleito em 2014, é defender os interesses patronais e da elite e só se mobilizar para atacar os direitos dos trabalhadores e as conquistas sociais, especialmente, em um ano onde o desenvolvimento do País dá sinais de desaquecimento e ameaça diminuir o lucro dos empresários.

“A agenda dos empresários está tendo prioridade. Por isso, temos de organizar e mobilizar cada vez mais nossas bases, nossa militância porque a luta pela manutenção e ampliação dos direitos vai exigir uma dedicação enorme de todos nós”.

A terceirização e os/as trabalhadores/as

Atualmente, 12,7 milhões de trabalhadores (26,8%) do mercado de trabalho são terceirizados. E os empresários querem ampliar ainda mais esse contingente de subempregados.

O dossiê “Terceirização e Desenvolvimento: uma conta que não fecha”, produzido pela CUT em parceria com o Dieese, mostra que os terceirizados ganham menos, trabalham mais e correm mais risco de sofrerem acidentes, inclusive fatais. Em dezembro de 2013, os trabalhadores terceirizados recebiam 24,7% a menos do que os que tinham contratos diretos com as empresas, tinham uma jornada semanal de 3 horas a mais e eram as maiores vítimas de acidentes de trabalho. No setor elétrico, segundo levantamento da Fundação Comitê de Gestão Empresarial (Coge), os trabalhadores morreram 3,4

vezes mais do que os efetivos nas distribuidoras, geradoras e transmissoras da área de energia elétrica. Dos 10 maiores grupos de trabalhadores em condições análogas à de escravos resgatados entre 2010 e 2013, 90% eram terceirizados.

Quer regulamentar? Então, iguale os direitos

A CUT defende o PL 1621/2007, elaborado pela Central e encampado pelo deputado Vicentinho (PT-SP), propõe a regulamentação da terceirização desde que haja igualdade de direitos entre terceirizados e efetivos (saúde, ambiente de trabalho, plano de saúde, tíquete refeição etc), a proibição da terceirização na atividade-fim e a responsabilização da empresa tomadora de serviços, quando a terceirizada deixar de cumprir suas obrigações, como depositar o FGTS e pagar homologações.

O QUE FALTA NO SUS PARA ELE CUIDAR BEM DE VOCÊ E DE TODAS AS PESSOAS?

Essa é a pergunta que interessa a todos nós, usuários e trabalhadores da saúde, movimentos e entidades, que se manifestam nesta caminhada em defesa da saúde pública. Desde 1988, o Brasil tem um sistema de saúde dinâmico e complexo que se chama SUS - Sistema Único de Saúde - e se baseia nos princípios da saúde como direito de todos os cidadãos e dever do Estado.

Passados 27 anos, conquistamos com nossa luta muitos avanços, porém, ainda brigamos pela total implantação do SUS. E vamos continuar lutando. O SUS é uma conquista popular e só será implantado por inteiro com a participação de todos e todas. Por isso não cansamos de convocar a população a batalhar para que se acabe com as limitações e dificuldades dos serviços públicos de saúde e a combater propostas que visam nada mais do que transferir lucros para a iniciativa privada.

Neste dia 7 de abril, Dia Mundial da Saúde, reafirmamos

como bandeiras de luta:

- Sim ao acesso universal, público e gratuito a ações e serviços de saúde. Não à mercantilização e à privatização da saúde;
- Sim às Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária em Saúde e à Educação Popular em Saúde Pública;
- Sim à saúde da população negra, indígena, LGBT, das pessoas com deficiência e população em situação de rua. Não ao racismo, à violência nas periferias, à homofobia, ao machismo;
- Sim à atenção à saúde no envelhecimento;
- Sim, à Rede de Atenção Psicossocial, na perspectiva da Reforma Psiquiátrica e da luta antimanicomial;
- Sim à saúde da mulher, não à violência no parto;
- Sim à atenção à saúde do trabalhador e da trabalhadora da saúde;
- Sim à saúde alimentar, não ao uso abusivo de agrotóxicos;
- Sim à reforma agrária e à agricultura familiar;
- Sim à moradia digna e à reforma urbana;
- Sim ao direito à água, com investimentos em coleta e tratamento de esgoto e aproveitamento dessas águas para abastecimento humano;
- Sim à reforma política e à reforma tributária, que promova distribuição de renda e que garanta a transparência nos gastos públicos;
- Sim aos direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados pelos trabalhadores. Não ao Projeto de Lei 4330/2004 que, sob o pretexto de regulamentar a terceirização, legaliza a precarização do emprego;
- Sim aos concursos públicos e a Planos de Carreiras que garantam remunerações decentes e boas condições de trabalho;
- Sim ao financiamento do SUS com 10% da Receita Corrente Bruta da União, 12% das receitas dos Estados e 15% do Município. Não à Lei 13.097/2015 que permite a entrada do capital estrangeiro na oferta de serviços

à saúde;

- Sim à retomada das unidades de saúde pública que atualmente estão nas mãos das Organizações Sociais e outras entidades da iniciativa privada;

- Sim ao Programa Mais Médicos, ao debate e à busca de soluções para a falta de médicos;

- Sim à responsabilidade do Estado de garantir políticas sociais e econômicas que reduzam o risco de adoecimento;

- Sim à defesa do SUS. Não à desinformação disseminada pela “grande” mídia;

- Sim ao controle social exercido pelos e conselhos de saúde e sim ao cumprimento às deliberações das Conferências Municipais, Estaduais e Nacionais de Saúde;

- Sim à retirada de subsídios e à CPI dos Planos de Saúde;

- Sim à 15ª Conferência Nacional de Saúde, com ampla participação popular.

PLENÁRIA MUNICIPAL E ESTADUAL DE SAÚDE, MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES, USUÁRIOS E TRABALHADORES

ATOS NOS ESTADOS

ALAGOAS

Maceió

9h: concentração em frente à DRT, com panfletagem e atividade cultural

AMAZONAS

Manaus

4h: panfletagem de porta de 5 fábricas

6h: Panfletagem no terminal de ônibus

BAHIA

Salvador, Aeroporto

7h: corpo a corpo com parlamentares e entrega de manifesto contrário à votação.

9h: Porta da FIEB: Grande ato das centrais sindicais, movimento sindical, social, popular e da

juventude contra a votação do PL 4330/04

MINAS GERAIS

Belo Horizonte

Concentração às 16 horas na Praça Afonso Arinos, em frente à Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

PARÁ

Belém

17h: ato público na Praça dos Mártires de Abril, em São Braz

PARAÍBA

João Pessoa

Às 5 h, distribuição de panfletos sobre o 4330 na Estação Ferroviária da CBTU.

Às 10h, debate sobre o PL 4330, no SRTE-PB (Rua Venâncio Neiva, 11, Centro), seguido de ato.

PARANÁ

16h: Curitiba Ato na Praça Rui Barbosa, com atividades culturais, artistas regionais e com falas políticas, em conjunto com os movimentos sociais

PERNAMBUCO

15h: concentração no Parque 13 de Maio, em Recife

Atos em Petrolina também em Caruaru

SANTA CATARINA

Florianópolis

6h: Entrega de carta da CUT SC aos deputados que irão à Brasília no aeroporto Hercílio Luz;

12h às 14h, Esquina Democrática: Panfletagem do material produzido pela CUT SC e movimentos sindicais e sociais

17h às 19h: Manifestação e panfletagem do material no Terminal Central de Florianópolis

SERGIPE

Aracaju

15h: concentração na Praça entre os Mercados

SÃO PAULO

9h: Concentração em frente à Secretaria de Saúde e segue em caminhada até a Praça da República

Participarão das mobilizações e apoiam a pauta acima as entidades e coletivos:

CUT - Central Única dos Trabalhadores

FUP - Federação Única dos Petroleiros

CTB - Central Dos Trabalhadores do Brasil

UNE - União Nacional Dos Estudantes

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

CMP - Central dos Movimentos Populares

MAB - Movimento dos Atingidos Por Barragens

LEVANTE Popular da Juventude FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

FDE - Fora do Eixo Mídia Ninja

MMM - Marcha Mundial das Mulheres

Plebiscito Constituinte Plataforma Operaria Camponesa da Energia

Juventude REVOLUÇÃO

UBM - União Brasileira de Mulheres

FNDC - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

CONAM - Confederação Nacional de Associações de Moradores

UNMP - União Nacional por Moradia Popular

CONEN - Coordenação Nacional de Entidades Negras

Centro de Estudos da Mídia Alternativa “Barão de Itararé”

Juventude 5 de Julho

Movimento Nacional de Luta pelo Socialismo

Marize Muniz

Assessoria de Imprensa

CUT Nacional

Fones: 11-2108-9290/9-4762-8865

Fonte: CUT

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Beine

Projeto gráfico: Anibal Bispo

Diagramação: Joanna Alves



site: www.cntv.org.br

email: cntv@terra.com.br

Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11

CEP: 73300-000 Brasília-DF